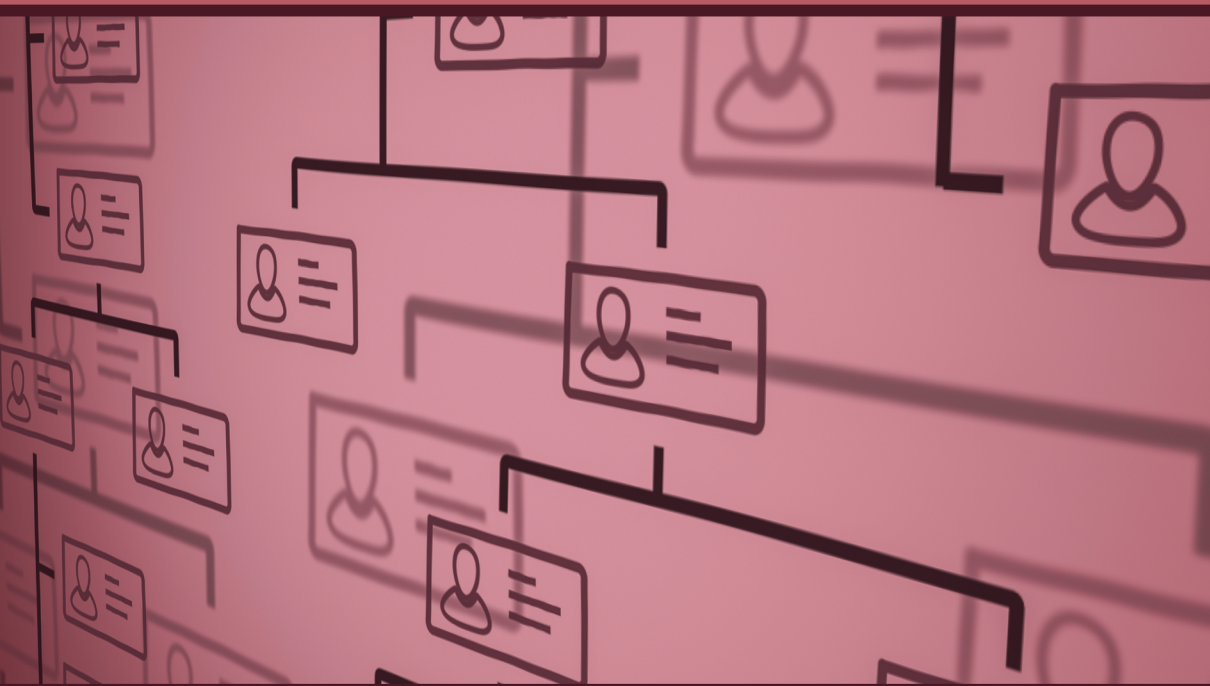


Nikolas Corrent
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 3

Atena
Editora
Ano 2022

Nikolas Corrent
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 3

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Nikolas Corrent

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 3 / Organizador Nikolas Corrent. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0865-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.659221212</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Estado. 3. Desenvolvimento regional. I. Corrent, Nikolas (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A obra “Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional 3” apresenta uma coletânea de artigos acadêmicos que oferecem importantes e criteriosas reflexões acerca da pluralidade de recortes temáticos, fontes, bem como das múltiplas possibilidades de se buscar entender as relações entre sujeitos e sociedades.

O objetivo central foi proporcionar de forma categorizada e clara reflexões desenvolvidas em instituições de ensino e pesquisa do país, os quais contemplam as mais distintas Ciências. Essa miscelânea de produções acadêmicas adiciona a oportunidade de difusão em diferentes âmbitos da sociedade, os quais estão envolvidos com o interesse público e a necessária consideração sobre as reflexões que envolvem o ser humano e a vida coletiva.

Além disso, a obra apresenta capítulos que abordam a necessidade de conexões interdisciplinares, ou seja, requerem um diálogo constante com outros conhecimentos, para a boa compreensão dos seus métodos – algo característico no interior das Sociais Aplicadas. A inquietação dessa ciência é garantir que a interação entre o singular e o plural, o universal e o particular possam ser considerados na análise da sociedade humana.


Os(as) leitores(as) dessa obra terão contato com discussões que permeiam as Ciências Sociais Aplicadas, como por exemplo: Políticas Públicas, Empreendedorismo, Urbanização e Mobilidade, Comunicação no mundo contemporâneo, o Trabalho o setor industrial, Relações Internacionais e Empresas.

Boa leitura!

Nikolas Corrent


CAPÍTULO 1 1**A MAIS VALIA NA ERA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

Paulo Diorge Vieira de Andrade
 Alyne Leite de Oliveira
 Bethsaida de Sá Barreto Diaz Gino
 Tharsis Cidália de Sá Barreto Diaz Alencar
 Gilbene Calixto Pereira Claudino
 Hudson Josino Viana
 Antonio Raniel Silva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212121>


CAPÍTULO 2 10**REFLEXÕES SOBRE O MULTICULTURALISMO: COMO ABORDAR ESSE TEMA NO PROCESSO DO ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR?**

Monalisa Lopes dos Santos Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212122>

CAPÍTULO 3 19**PROJETO CONVERSA NOS BASTIDORES: HOMEM EM PAUTA**

Edneide de Oliveira Nunes
 Luciana de Oliveira Figueredo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212123>


CAPÍTULO 423**O PROVIMENTO DE HABITAÇÕES SOCIAIS VIA REQUALIFICAÇÃO URBANA**

Aline Skowronski
 Luciana Bracarense

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212124>

CAPÍTULO 537**O NEOCONSTITUCIONALISMO, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES**

Hélio José Cavalcanti Barros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212125>

CAPÍTULO 656**A CIDADE INTELIGENTE E SUA INFLUÊNCIA REGIONAL**

Claudio Machado Maia
 Myriam Aldana Vargas Santin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212126>

CAPÍTULO 7 71**COVID-19 E AS ESTRATÉGIAS DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL**

Juliana Xavier Andrade de Oliveira
 Débora Pires Xavier de Andrade
 José Augusto Ribeiro da Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212127>

CAPÍTULO 887

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA: MAIS QUE UMA PREVISÃO LEGAL, UM INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE

Vagner Naysinger Machado

Igor Bernardi Souza


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212128>

CAPÍTULO 9 103

DESINFORMAÇÃO NA INTERNET: FAKE NEWS DO QANON COMO REGIME DE INFORMAÇÃO

Michelle Pacheco Gómez

Nídia Maria Lienert Lubisco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6592212129>


CAPÍTULO 10.....114

A INVISIBILIDADE DO SNUC NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Elizabeth Oliveira

Marta de Azevedo Irving

Marcelo Augusto Gurgel de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121210>

CAPÍTULO 11 130


CUSTOS OPERACIONAIS: SITUAÇÃO ESTRUTURAL E OPERACIONAL DAS INSTALAÇÕES DE ECOPONTOS NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT

Sofia Ines Niveiros

Ramon Luiz Arenhardt

Aline de Oliveira Araújo


Letícia Passos dos Santos Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121211>

CAPÍTULO 12..... 150

DESENVOLVENDO A TRABALHABILIDADE E O EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR POR MEIO DA UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

Darline Maria Santos Bulhões


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121212>

CAPÍTULO 13..... 160

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PLANO REAL SOBRE O SETOR INDUSTRIAL

Wanderson Schmoeller Monteiro


Luiz Philippe dos Santos Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121213>

CAPÍTULO 14..... 176

GERENCIAR PARA QUÊ? UMA ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM LOJAS DE ROUPAS COM BASE NO GUIA PMBOK®


Douglas Sousa Lima
 Hellen D'Ávila da Silva Aguiar
 Marcília Albuquerque Teles
 Ricardo Porfirio Alves de Carvalho
 Marcelo Melo Viana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121214>

CAPÍTULO 15.....200

GOVERNANCE IN CHARITIES: THE CASE OF THE PORTUGUESE MISERICÓRDIAS


Augusto Jorge Ribeiro Simões
 Humberto Nuno Rito Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121215>

CAPÍTULO 16..... 218

MOBILIDADE COTIDIANA PARA TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: DIMENSÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS


Érica Tavares da Silva Rocha
 Jéssica Monteiro da Silva Tavares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121216>

CAPÍTULO 17.....235

INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS


Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121217>

CAPÍTULO 18.....244

PREVISÃO DE FALÊNCIA EMPRESARIAL: A EFICIÊNCIA DOS MODELOS NAS EMPRESAS IBÉRICAS DA VELHA ECONOMIA AZUL


Cândido J. Peres M.
 Mário A. G. Antão
 João M. A. Geraldês
 Catarina Carvalho T.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121218>

CAPÍTULO 19.....268

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CONTABILIDADE GERENCIAL NO SETOR DE TRANSPORTE NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO


Kamila Batista de Melo
 Gabriel Alves Martins
 Anderson Martins Cardoso
 Hélen Lúcia Alves de Araújo
 Túlio Bonifácio Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121219>

CAPÍTULO 20287

MULHERES E BICICLETA: PERSPECTIVA DE GÊNERO NA POLÍTICA PÚBLICA DE MOBILIDADE URBANA POR BICICLETA DE BELO HORIZONTE

Isabella Marilac de Lima Passos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.65922121220>

SOBRE O ORGANIZADOR.....302

ÍNDICE REMISSIVO.....303

A INVISIBILIDADE DO SNUC NA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Data de submissão: 12/10/2022

Data de aceite: 01/12/2022

Elizabeth Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ)
Rio de Janeiro – RJ
<https://lattes.cnpq.br/3464074902085170>

Marta de Azevedo Irving

Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ)
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/1912229324377473>

Marcelo Augusto Gurgel de Lima

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Goiás – GO
<http://lattes.cnpq.br/2892363735528766>

RESUMO: O Brasil, país líder em megadiversidade biológica, vinha assumido compromissos nacionais e internacionais visando à proteção desse patrimônio, com ênfase na criação de áreas protegidas. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) representa o principal arcabouço legal com esse objetivo. Considerando que os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na sensibilização da sociedade sobre essa temática, este capítulo buscou refletir sobre como a agenda da conservação

da biodiversidade vinha se expressando na cobertura jornalística e, nesse contexto, quais eram os principais enfoques sobre a gestão de áreas protegidas. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica, documental e mapeamento de notícias no jornal *O Globo*, em 2012, ano de realização da *Rio+20*. Os resultados indicaram que essa agenda esteve presente no noticiário analisado, embora as abordagens, em geral, fossem pouco contextualizadas e aprofundadas. E mesmo que os interlocutores governamentais representassem as principais fontes e fossem recorrentes as notícias sobre as unidades de conservação, o SNUC não foi mencionado em nenhuma das matérias mapeadas. Essa questão sinaliza com diversos desafios para toda a sociedade e, principalmente, para a gestão pública, a academia e a própria mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação da biodiversidade, cobertura jornalística, áreas protegidas, SNUC.

THE INVISIBILITY OF THE SNUC IN JOURNALISTIC COVERAGE ON BIODIVERSITY CONSERVATION

ABSTRACT: Brazil, a leading country in biological megadiversity, had assumed

national and international commitments to protect this nature, with emphasis on the creation of protected areas. The SNUC (National System of Protected Areas) represents the main legal framework for this purpose. Considering that the media plays a fundamental role in raising society's awareness of this issue, this chapter sought to reflect on how the biodiversity conservation agenda had been expressed in journalistic coverage and, in this context, what were the main approaches to the management of protected areas. The methodology adopted involved bibliographic and documentary research and news mapping in the newspaper O Globo, in 2012, the year of the Rio+20. The results indicated that this agenda was present in the analyzed news, although the approaches, in general, were little contextualized. And even though the government voices represented the main sources and the news about the protected areas was recurrent, the SNUC was not mentioned in any of the mapped articles. This question signals with several challenges for the whole society and, mainly, for the public administration, the academy and the media.

KEYWORDS: Biodiversity conservation, journalistic coverage, protected areas, SNUC.

INTRODUÇÃO

Sensibilizar os diversos interlocutores sociais sobre a importância da conservação e do uso sustentável da biodiversidade representa uma estratégia central no âmbito da *Convenção sobre Diversidade Biológica* - CDB (MMA, 2000), marco internacional que tem orientado políticas públicas dirigidas a essa temática, globalmente, e que demanda, cada vez mais, o engajamento de todos os segmentos sociais para a construção de sociedades mais harmoniosas na sua relação com a natureza (SCBD, 2020). Não por acaso, o artigo 13 sobre *Educação e Conscientização Pública* dessa *Convenção* ressalta o papel dos meios de comunicação para que seja possível ampliar a compreensão da opinião pública sobre a relevância dessa agenda.

No contexto do *Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020* (SCBD, 2010), vinculado à CDB, está expressa a intencionalidade de tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade, fazendo com que as preocupações com o futuro dessa agenda permeiem governo e sociedade. Esse direcionamento ilustra, com clareza, a necessidade de implementação de ações de comunicação e de educação dirigidas ao engajamento da sociedade nesse processo.

Da mesma forma, dentre as denominadas 20 Metas de Aichi, acordadas, em 2010, para a década mencionada, no âmbito do referido Plano Estratégico, a primeira, "*Conscientizar as pessoas do valor da biodiversidade*" está diretamente articulada à demanda de disseminação de informação qualificada para a sociedade sobre o tema.

A partir de uma perspectiva local, cabe ressaltar que, embora o Brasil tenha sido reconhecido pelo avançado e inovador arcabouço legal dirigido à temática ambiental, com ênfase na conservação da biodiversidade, nas últimas décadas, nem sempre os instrumentos de políticas públicas com esse objetivo vinham sendo amplamente implementados, devido a inúmeras limitações existentes historicamente (PRATES & IRVING, 2015). Mas não se

pode desconsiderar nesse debate que, no atual contexto político-institucional brasileiro, um processo de desmonte da agenda socioambiental vem se expressando, cada vez mais claramente, com ênfase nas tentativas de flexibilização da legislação dirigida, sobretudo, às áreas protegidas (SEIXAS et al., 2020; WWF-Brasil, 2018).

Nesse contexto, ampliar o olhar sobre os desdobramentos dessa agenda representa um grande desafio para os meios de comunicação, para os órgãos da gestão pública e para os demais segmentos sociais envolvidos nesse debate (OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA et al., 2018). Esse enfoque se reveste de importância, ainda maior, considerando que está prevista, para 2022, a pactuação de um novo acordo global que dará continuidade ao Plano Estratégico 2011-2020 (SCBD, 2010).

Considerando o desafio que essa temática também representa para a academia, o objetivo deste capítulo foi lançar algumas reflexões que resultaram de uma pesquisa¹² motivada pela realização de um evento considerado marcante para o Brasil. Nesse sentido, a investigação originalmente seguiu uma questão orientadora. Vinte anos após a realização da emblemática *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92)*, de que forma a agenda da conservação da biodiversidade vinha sendo tratada como notícia, quais as principais abordagens sobre as áreas naturais protegidas nesse contexto e como os grupos sociais se expressavam sobre essa temática complexa na cobertura jornalística de um veículo de comunicação de massa? A busca por respostas para esse questionamento envolveu uma imersão no noticiário publicado nas edições impressas do jornal *O Globo*, de janeiro a dezembro de 2012, ano de realização da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*.

No recorte da investigação acadêmica que inspirou este capítulo, cerca de cem matérias jornalísticas foram selecionadas e analisadas com base no conceito de *enquadramento midiático (media framing)*, no original em inglês) que, de acordo com Entman (1991, 1993) tende a moldar a percepção da sociedade sobre os assuntos veiculados, a partir do enfoque escolhido pelos meios de comunicação. Nessa perspectiva teórico-metodológica, uma notícia enquadrada em uma determinada “moldura” chamaria a atenção e influenciaria a opinião pública de acordo com os elementos que repórteres e editores consideraram mais relevantes e buscaram ressaltar na edição.

Tendo como diretriz o questionamento mencionado anteriormente, foi possível estabelecer seis categorias de análise que emergiram do processo de interpretação das matérias selecionadas: 1) *Pelo viés do espetáculo*; 2) *Pelas espécies descobertas e redescobertas*; 3) *Pelo foco em desenvolvimento científico e tecnológico*; 4) *Pela*

1 O recorte apresentado neste capítulo é parte dos resultados da tese de doutorado de OLIVEIRA (2016). O trabalho originalmente foi apresentado no Oitavo Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e Terceiro Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (VIII SAPIIS e III ELAPIS, 2017) e o conteúdo passou por revisões para esta nova publicação.

2 Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), instituições que financiaram, em parte, este estudo.

perspectiva do risco, 5) *Pela reação do poder público*; e 6) *Pelo viés do exercício de cidadania* (OLIVEIRA, 2016).

Conforme observado no contexto desta pesquisa, a *perspectiva do risco* à conservação da biodiversidade foi a abordagem mais recorrente na pesquisa. Pela predominância dessa angulação, optou-se pela subdivisão dessa categoria de análise, considerando as nuances de riscos mais presentes.

Assim, o enquadramento noticioso pela *perspectiva do risco* à conservação da biodiversidade foi dividido nas seguintes cinco subcategorias de análise: 1) *Construção de hidrelétricas*; 2) *Impactos das mudanças climáticas*; 3) *Tendências de desmatamento*; 4) *Processo de extinção de espécies*; e 5) *Estilos de vida insustentáveis*.

No processo de análise das matérias selecionadas, percebeu-se, ainda, que o enquadramento noticioso sobre a *reação do poder público* aos fatores de risco relacionados à conservação da biodiversidade também foi perpassado por alguns enfoques recorrentes. Nesse sentido, a solução adotada foi, também, de divisão do conteúdo, em quatro subcategorias: 1) *Via denúncias*, 2) *Pelos investimentos nas ‘vitrines naturais’*, 3) *Pela criação ou ampliação de unidades de conservação* e 4) *Pelo combate ao desmatamento*.

A seguir são apresentadas, sinteticamente, as principais características identificadas no mapeamento dividido em seis categorias de análise orientadas pelo conceito de *enquadramento*, conforme mencionado anteriormente.

NATUREZA COMO SINÔNIMO DE ESPETÁCULO

As matérias inseridas nesta categoria retratavam a biodiversidade como sinônimos de “beleza espetacular” capaz de encantar a sociedade. Expressões com esse “tom” de abordagem como “tesouros”, “maravilhas”, “preciosidades”, “paraíso” e “beleza bucólica”, entre outras, foram identificadas nesta análise.

Mas além desse viés, foi possível perceber que o “espetáculo” da natureza também inspirou a produção jornalística no sentido de destaque às singularidades exóticas da biodiversidade. Assim, nesta categoria ainda se inseriram matérias que, para atrair a atenção dos leitores, enfatizaram aspectos curiosos sobre algumas espécies de animais e plantas.

As UCs tiveram enfoque no noticiário sobre o “espetáculo da natureza”. Mas nem sempre como abordagem principal. Neste caso, foram identificadas matérias que sequer mencionaram diretamente a existência de UCs relacionadas ao assunto veiculado. Um exemplo nesse sentido informava sobre o processo de conquista da cidade do Rio de Janeiro, ao título de *Patrimônio Mundial* como paisagem cultural, concedido pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), em julho de 2012.

Mas, vale ressaltar, que dois dos espaços que contribuíram para a conquista desta premiação pertencem a unidades de conservação (*Pão de Açúcar*, inserido no *Monumento*

Natural do Pão de Açúcar e Floresta da Tijuca, parte do *Parque Nacional da Tijuca*). Entretanto, na análise realizada não foi observado destaque para o papel diferenciado das UCs em relação às demais áreas urbanas.

Por outro lado, mesmo que na maior parte das matérias dessa categoria de análise tenha sido observada a falta de contextualização sobre diferentes perspectivas envolvendo o papel das UCs para a conservação da biodiversidade, foram identificados, também, exemplos que sinalizaram com alguns diferenciais.

Nessa perspectiva, ainda que o principal enfoque tenha sido a exuberância de ambientes naturais protegidos, algumas notícias agregaram breves análises e informações que tendem a esclarecer o leitor sobre a importância desses espaços. Uma ilustração nesse sentido foi uma reportagem³ que se referiu à relevância dos últimos remanescentes florestais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro inseridos em UCs. A questão das pressões decorrentes do crescimento urbano e das atividades industriais foi contextualizada como uma problemática que se opõe aos esforços de conservação.

No exemplo mencionado, foram contextualizados, também, outros benefícios das UCs na Região Metropolitana, como a proteção das fontes de água doce e o equilíbrio climático. Atividades econômicas como a pesca e o turismo de observação de pássaros foram destacados, ainda, como partes da gestão desses espaços naturais protegidos.

Outro exemplo de esforço nesse sentido foi observado em matéria⁴ sobre o lançamento do *Guia de trilhas, cachoeiras e montanhas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*, publicação sobre roteiros turísticos de natureza pouco conhecidos em Itaguaí (RJ) e marcados pela beleza, como ressaltado no texto.

O diferencial de abordagem começou pela escolha de quatro roteiros, indicados na publicação, para serem percorridos pela equipe de reportagem. Assim, visitando a região, cercada de UCs, foram problematizadas questões que foram além do reconhecimento da beleza cênica.

Nesse contexto foram abordadas percepções dos moradores sobre as questões que dificultam a aproximação da sociedade daqueles ambientes, incluindo problemas de infraestrutura das UCs da região, como falta de sinalização de trilhas. Também foi mencionado o comportamento inadequado de parte dos turistas como o descarte lixo nas trilhas e nas imediações das cachoeiras.

Outras questões desafiadoras sinalizadas para a gestão pública envolveram a necessidade de melhoria das condições de recepção dos turistas, além de investimento em ações de educação e sensibilização para incentivar mudanças de conduta dos visitantes em UCs e outros espaços naturais. A implementação de estratégias de comunicação foi também apresentada como outra demanda fundamental.

Assim se percebe que diversas questões envolvendo os temas noticiados tendem

³ *Onde as águas são atração*, 27/06/2012, p.12.

⁴ *O outro lado da montanha*, 02/12/2012, p.30.

a ser abordadas quando o esforço de reportagem combina, por exemplo, trabalho investigativo, capacidade de análise e pluralidade de interlocutores entrevistados.

Entretanto, essa tende a ser uma questão desafiadora para toda a sociedade já que, em linhas gerais, na maior parte do mapeamento realizado prevalece o “jornalismo declaratório” que, segundo Victor (2009) é calcado em informações oficiais divulgadas e na reprodução de discursos de fontes, quase sempre, sem trabalho investigativo e interpretação crítica do jornalista.

AS ESPÉCIES COMO PRINCIPAIS ENFOQUES

Nesta categoria observou-se a ênfase na descrição de espécies de animais e vegetais descobertas ou redescobertas na natureza. Neste contexto, percebeu-se, que para ampliar o grau de importância do trabalho científico, algumas descobertas foram abordadas por meio de metáforas. Como exemplo, “*caça ao tesouro*” foi utilizada em matéria sobre pesquisas desenvolvidas no *Monumento Natural das Ilhas Cagarras*⁵, localizado a apenas cinco quilômetros da Praia de Ipanema, no Rio de Janeiro.

Diferentemente de outros textos que informavam sobre descobertas científicas globais, quando se tratavam de riscos à diversidade nacional, os conteúdos contextualizaram mais os problemas, além de sinalizar com possíveis soluções. Nesse caso, os pesquisadores destacaram que a criação de uma UC seria o primeiro passo para proteção dessa área de reconhecida relevância.

Embora *Monumento Natural* seja uma das categorias de manejo de UCs do SNUC (BRASIL, 2000) e no texto tenha sido mencionado que se tratava de uma UC de “proteção integral”, essas terminologias não foram explicadas. Por outro lado, observou-se, ainda, que no texto o *Monumento Natural* foi mencionado como parque. Equívoco como esse foi recorrente na pesquisa.

Outro texto analisado informava que a *Praia das Conchas*, em Cabo Frio (RJ), não representava um “*paraíso*” apenas para os banhistas. Também recorrendo à metáfora, ressaltou-se que, depois de nove anos de mergulhos, um grupo de biólogos havia identificado dezenas de espécies de invertebrados, das quais, pelo menos dez, consideradas novas para a ciência⁶.

Apesar da importância em termos de vida marinha, balneários como Cabo Frio e Arraial do Cabo vinham sendo considerados cada vez mais vulneráveis aos impactos provocados pela pesca predatória, pelo grande movimento de embarcações e despejo de esgoto, segundo informado na matéria.

Nesse sentido, um dos precursores da pesquisa enfatizou a importância de estudos capazes de orientar o processo de tomada de decisão pela conservação da biodiversidade por meio de ampliação de uma UC da região.

5 *Pesquisadores decifram a biodiversidade das Cagarras*, 13/09/2012, p.28.

6 *O tesouro da Costa do Sol*, 23/12/2012, p.14.

Por outro lado, foi informado ainda que, após tomar conhecimento sobre as espécies encontradas na Praia das Conchas, a *Secretaria Estadual do Ambiente* havia confirmado que utilizaria os resultados do estudo, como base para a ampliação de uma área marinha protegida na região.

Algumas reflexões emergem dessa análise. Os conteúdos tendem a ilustrar que, por intermédio da produção jornalística, cientistas tanto podem contribuir para traduzir questões-chave complexas como defenderem causas que consideram relevantes para validarem a importância das pesquisas que desenvolvem.

Já o jornal pesquisado tende a sinalizar para os leitores, com a importância do papel que exerce na tradução de dados científicos sobre temas complexos. Parece ilustrar, ainda, com o exercício de mediação do diálogo entre diferentes interlocutores sociais para a busca de soluções sobre a conservação da biodiversidade.

Nesse sentido, também se percebe que a cobertura sobre essa pauta ainda que apresente erros pontuais ou aborde com superficialidade questões que merecem aprofundamento e debate, ainda pode mobilizar o poder público para responder aos anseios sociais.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA SEM CONTRAPONTO

Nesta categoria se percebeu que, quase sempre, os conteúdos publicados se basearam em publicações científicas internacionais e tenderam ao formato de jornalismo declaratório, com pouca ou nenhuma análise contextual.

Como, em geral, ainda foi limitada a quantidade de fontes consultadas nas matérias selecionadas, prevalecendo a falta de contrapontos para temas controversos como as implicações éticas associadas às atividades científico-tecnológicas, dentre as quais, a manipulação das formas de vida em laboratório e o crescimento da oferta de produtos geneticamente modificados.

Algumas questões centrais emergem dessas análises. Até que ponto a diversidade de fontes contribuiria para ampliar o raio de visão do público leitor sobre essas e outras questões polêmicas? Em que medida, opiniões de outros segmentos sociais direcionariam o debate para além da academia, lançando reflexões sobre questões de interesse coletivo como a produção de alimentos? E como a especialização jornalística em áreas como ciência e tecnologia qualificaria a discussão sobre essas e outras controvérsias?

Em relação a projetos de alimentos geneticamente modificados, por exemplo, a falta de diversidade de fontes pareceu, em algumas análises, contribuir para a naturalização da abordagem como se essa não fosse, ainda, uma temática altamente controversa no campo científico.

Vale ressaltar, ainda, que das seis categorias analíticas integrantes desta pesquisa esta foi a única que não apresentou qualquer abordagem sobre unidades de conservação

e outras áreas protegidas.

O RISCO COMO ABORDAGEM MAIS RECORRENTE

Sobre a *perspectiva de riscos* provocados pela construção de *usinas hidrelétricas*, as matérias mapeadas tiveram como base, estudos que indicaram os altos impactos ambientais associados a esse tipo de projeto energético, em duas regiões de grande relevância para a conservação da biodiversidade: Pantanal e Amazônia. Em geral, foram preponderantes as “vozes” ambientalistas e faltou diálogo com outros interlocutores.

Uma das matérias destacava um estudo liderado por uma ONG ambientalista que alertava sobre a vulnerabilidade nas nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, uma das mais importantes do Pantanal, a maior planície inundável do mundo e de alta relevância para a biodiversidade⁷.

A criação de UCs foi recomendada pelos pesquisadores para proteger as cabeceiras dos rios e a biodiversidade do bioma. Apesar da afirmativa, observou-se que nenhuma fonte responsável pela gestão de UCs foi entrevistada, de forma a repercutir o estudo e informar ao leitor sobre a existência, ou não, de ações desenvolvidas na região do Pantanal.

Quanto aos riscos associados às *mudanças climáticas*, foi possível perceber que o tema foi pautado por estudos científicos (alguns publicados durante a *Rio+20*). Sendo assim, as fontes da academia foram preponderantes. Em geral, os problemas mencionados eram globalizados, mas quando se referiam à realidade brasileira, o enfoque foi, quase sempre, sobre a Amazônia. Além disso, a maioria dos textos teve como fio condutor o viés da catástrofe, com pouca, ou nenhuma discussão sobre soluções para o seu enfrentamento.

Quanto às *tendências de desmatamento* da Amazônia, em linhas gerais, as matérias mapeadas reproduziram dados oficiais, praticamente sem análise das questões mais amplas envolvidas com essa problemática. No entanto, foram identificados alguns exemplos de abordagens diferenciadas, como uma reportagem de três páginas⁸ que tratou o tema em profundidade.

A começar pelo título, o texto mencionado relacionou o problema ambiental ao modelo de desenvolvimento econômico, considerado equivocado por expor ao risco, inclusive as UCs, nas quais restavam os últimos fragmentos florestais da região visitada pela equipe de reportagem. Da mesma forma, foram identificados exemplos didáticos como a matéria que teve como base levantamento realizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)⁹ sobre desmatamento e degradação.

O conteúdo mencionado ilustrou a complexidade do objetivo de conservação da biodiversidade em regiões como a Amazônia, onde extensas dimensões territoriais, historicamente marcadas por dilemas socioeconômicos, dificultam ações de fiscalização

7 *As maiores ameaças para o Pantanal*, 02/02/2012, p. 34.

8 *Aço que engole a floresta*, 14/05/2012, p.17-18.

9 *Floresta Amazônica fica mais pobre a cada ano*, 14/10/2012, p.10.

e de implementação de políticas públicas. E de forma geral, observou-se que os textos publicados sobre esta temática não apresentaram uma padronização quanto à qualidade da cobertura jornalística. Embora algumas matérias tenham sinalizado com mais elementos para situar o leitor, a maioria foi marcada pela falta de contextualização sobre os problemas e de pluralidade de fontes.

Sobre o risco de *extinção de espécies*, outro tema muito presente no mapeamento, as matérias buscaram atrair a atenção do leitor para plantas e animais ameaçados no Brasil e no exterior. Os textos, quase sempre, apresentaram um “tom” de alerta e foram pautados, principalmente, por publicações científicas internacionais.

Algumas matérias já relacionaram diretamente o modelo de produção e consumo contemporâneo à perda de espécies. Mas, na maioria, faltaram fontes para comentar ou analisar os dados, geralmente abordados resumidamente.

Curiosamente, foi identificada somente uma referência relacionada à pesquisa científica realizada no Brasil, com uma espécie brasileira ameaçada (principalmente por fatores como pesca acidental e poluição). Nesse contexto, foi noticiada uma ação em cooperação entre uma organização ambientalista, cinco universidades brasileiras, um órgão público federal e uma agência ambiental internacional, com enfoque em uma pesquisa sobre o risco de extinção da toninha (*Pontoporia blainvillei*), espécie de golfinho brasileiro que vinha desaparecendo do litoral da região sudeste, sua área de ocorrência¹⁰.

Vale ressaltar que, com a proximidade da *Rio+20*, a toninha foi adotada como “espécie-símbolo” de uma campanha de proteção realizada pelo jornal *O Globo*. A importância do *Parque Nacional de Jurubatiba* (RJ), foi destacada por um pesquisador entrevistado que ressaltou ter sido possível avistar a maior quantidade de toninhas durante o levantamento, nessa área, em detrimento das praias da cidade do Rio. A fala do especialista reforçou, mais uma vez, o papel fundamental das UCs para a conservação da biodiversidade.

Quanto à subcategoria *estilos de vida insustentáveis*, as abordagens apresentaram, em geral, enfoques sobre os impactos negativos das atividades humanas na conservação da biodiversidade. Como exemplo, foram destacados os resultados de uma pesquisa sobre saúde dos oceanos que questionava o baixo índice de proteção marinha por UCs globalmente e no Brasil. Entretanto, não foi apresentada nenhuma referência aos compromissos, sobretudo os brasileiros, com a ampliação de áreas protegidas, no contexto da CDB.

Os impactos provocados pelo turismo de massa na biodiversidade de áreas costeiras, como o litoral de Búzios (RJ), também tiveram destaque no noticiário¹¹. Nesse caso, a criação de uma área protegida foi mencionada como alternativa adotada na região para enfrentamento do problema, reforçando mais uma vez, o reconhecimento da importância desse tipo de estratégia.

¹⁰ *Análise mostra toninha em risco*, 24/05/2012, p.38.

¹¹ *O mar perdido de Búzios*, 13/12/2012, p.35.

De forma geral, nessa subcategoria, as matérias mais aprofundadas e contextualizadas contaram, não somente com declarações de fontes institucionais, mas também envolveram a observação direta das equipes de reportagem sobre casos de degradação ambiental e seus impactos nos ecossistemas. Além disso, foram mencionados problemas, mas também promovido o debate sobre potenciais soluções para os temas veiculados.

DIANTE DO RISCO, O PODER PÚBLICO REAGE

Frente aos diversos riscos, a cobertura analisada destacou alguns processos de tomada de decisão governamental. Nesse caso, também foram percebidos alguns vieses mais recorrentes. Assim, foram criadas subcategorias para sistematizar os resultados observados.

As *denúncias* representaram um dos caminhos identificados e envolveram problemas em UCs. Foi divulgada, por exemplo, a ação governamental para fechamento de um galpão onde funcionava uma fábrica de balões, no entorno do *Parque Estadual da Pedra Branca* (RJ), considerada a maior floresta em área urbana do mundo¹². Mesmo resumidamente, foi ressaltada a importância dessa UC frente aos riscos da expansão urbana e da especulação imobiliária.

Outra UC carioca, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Gericinó-Mendanha, foi alvo de nova operação da *Secretaria Estadual do Ambiente*. Motivada por denúncia de pessoas que utilizavam as trilhas da UC, segundo noticiado¹³, seriam retiradas as carcaças de trinta carros abandonados. Isso ilustrou a importância da abertura dessas áreas naturais protegidas para que o cidadão possa observar o que ocorre de positivo ou negativo nesses ambientes.

Quanto ao enfoque dos “*investimentos nas “vitrines naturais”*”, foi possível identificar uma particularidade. Localidades privilegiadas pela beleza das suas paisagens, além de ambientes naturais como florestas e praias ainda bem conservados, receberam investimentos em obras de melhorias, motivadas, principalmente, pela proximidade da realização da *Rio+20* e também por pressões de defensores da natureza.

A maior parte das notícias analisadas mencionou intervenções em UCs, o que reforça a percepção sobre o importante papel que esses espaços desempenham nas estratégias de conservação da biodiversidade, embora nem sempre essa tenha sido a questão de maior destaque nos textos.

Fontes oficiais foram, em geral, as principais entrevistadas nessas matérias que, quase sempre, focaram na reprodução de informações divulgadas pela gestão pública e se dedicaram, em grande parte, ao detalhamento dos aspectos operacionais dos projetos.

¹² *Blitz ambiental fecha fábrica com 20 balões*, 20/04/2012, p.22.

¹³ *Estado recolhe carcaças de carros dentro de APA*, 27/07/2012, p.19.

Fatores ambientais tiveram pouco enfoque. Quando alcançaram algum destaque, isso ocorreu, geralmente, devido à relevância apresentada pelas fontes de informações entrevistadas.

Um exemplo nesse sentido foi a notícia¹⁴ sobre o início das obras de recuperação do *Parque Nacional da Tijuca* (RJ). Sabendo da importância dessa UC, uma espécie de “vitrine” turística carioca, embora o prazo das intervenções fosse de dez meses, fontes da empresa responsável sinalizaram para a conclusão de, pelo menos, 80% das obras a tempo da conferência.

A maior parte do conteúdo mencionado girou em torno dos tipos de intervenções, dos custos e da demora no repasse de verbas pelo Governo federal, devido a fatores como a burocracia em função das eleições naquele ano. A relevância ambiental dessa UC urbana, no entanto, não teve grande destaque.

Outra questão importante se refere ao incentivo ao turismo em áreas naturais que, em algumas circunstâncias, é estimulado a partir de obras de infraestrutura e outras melhorias, mas em outros, é mencionado como “vilão” que precisa ser contido pelos órgãos da gestão pública. Esses, por sua vez, geralmente, representam as principais “vozes” consultadas.

Em relação à dicotomia de estímulo *versus* controle do turismo, por exemplo, em outra matéria¹⁵, apenas uma fonte oficial foi entrevistada para esclarecer sobre a perspectiva de cobrança de taxas para acesso às cachoeiras localizadas em Visconde de Mauá (RJ), área fluminense de intensa visitação turística. O entrevistado argumentou que assegurar a sustentabilidade do turismo representava um custo e que os cidadãos precisavam tomar consciência. Faltaram, entretanto, contrapontos de outros interlocutores ao debate dessa temática que ainda envolve muita polêmica, mundialmente.

Com raras exceções, a situação se repete no que se refere à subcategoria de *criação ou a ampliação de unidades de conservação*. Esse tipo de resposta do poder público foi uma abordagem recorrente. Entretanto, a cobertura sobre essa temática muitas vezes deixou de contextualizar a complexidade que a envolve. Além da falta de diversidade de “vozes”, foram constatados erros frequentes envolvendo as diferentes categorias de manejo de UCs.

Ainda se observou que, raramente, foram explicadas algumas terminologias técnicas, como “proteção integral” (se refere ao impedimento de uso direto da natureza), como no contexto de uma matéria¹⁶, com informações prestadas por apenas uma fonte da gestão pública, sobre o processo de ampliação do *Parque Nacional Marinho dos Abrolhos* (BA).

Porém, ainda que de forma pontual, também foram identificados conteúdos mais contextualizados¹⁷ sobre a relação de interdependência entre as espécies, os ecossistemas

14 *Começa recuperação do Parque Nacional da Tijuca*, 18/03/2012, p.19.

15 *Turistas terão que pagar taxa para visitar Visconde de Mauá*, 31/12/2012, p.13.

16 *Foco agora em unidades de conservação para o mar*, 29/04/2012, p.16.

17 *Secretário anuncia ampliação de área protegida no mar*, 23/12/2012, p.15.

e a sociedade. Um exemplo foi a divulgação de um estudo sobre a grande quantidade de espécies encontradas na Praia das Conchas (Cabo Frio/RJ). Os dados levantados por pesquisadores serviriam para embasar o processo de ampliação de uma área protegida marinha no âmbito do *Parque Estadual da Costa do Sol*. O local seria destinado ao desenvolvimento de pesquisa científica e às atividades de turismo ecológico.

Também foi abordada, nesse contexto, a importância das *Reservas Particulares do Patrimônio Natural* (RPPNs). O enfoque, nesse caso, foi uma apresentação dos resultados do sétimo *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*¹⁸. A criação de RPPNs foi destacada como solução capaz de conter o desmatamento do bioma.

Em linhas gerais, observou-se no conjunto mapeado, uma percepção positiva sobre o papel das UCs em apoio aos esforços de conservação da biodiversidade. Entretanto, percebeu-se, ainda, que faltou uma padronização da qualidade da cobertura jornalística sobre o tema. Por um lado, foram identificados textos mais fundamentados sobre a complexidade desta temática. Entretanto, também foram identificadas diversas lacunas o que, pelo contrário, pode vir até mesmo a dificultar a compreensão do leitor sobre esse assunto. O uso de terminologias técnicas não explicadas foi um dos problemas recorrentes.

O FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Antes, durante e após a *Rio+20*, matérias sinalizaram o fortalecimento do *exercício de cidadania* pela conservação da biodiversidade. Foram divulgadas intervenções artísticas e campanhas educativas, incluindo o lançamento de um jogo virtual, no *website* do jornal pesquisado, cujo desafio para os internautas era identificar e livrar a *toninha* de ameaças, além de realizadas ações de sensibilização contra o descarte de lixo nas praias.

Segundo informado em uma das matérias analisadas¹⁹, a campanha pela preservação da *toninha* contribuiu inclusive para que uma fonte da *Secretaria Estadual do Ambiente* anunciasse, no mês da realização da *Rio+20*, que o *Ministério do Meio Ambiente* já estava estudando a ampliação do *Parque Nacional de Jurubatiba* (RJ), para assegurar mais proteção a essa espécie.

Outros exemplos tiveram como enfoque a ação promovida por grupos sociais em contribuição à conservação da biodiversidade. Uma das iniciativas envolvia o *Mutirão de Voluntários do Parque Nacional da Tijuca*, que, desde 2003, vinha reunindo pessoas para a manutenção de trilhas usadas por moradores e turistas. O trabalho estava na 90ª edição e com quase 30 mil horas de atividades registradas, até então²⁰.

Nesse sentido, se a cobertura é capaz de influenciar a percepção da opinião pública a partir do que é *enquadrado* como mais importante no noticiário, como advoga Entman (1991, 1993), os exemplos de protagonismo social, uma vez disseminados como notícias,

18 *Desmatamento cai no Rio*, 30/05/2012, p.36.

19 *MMA estuda ampliação do PN de Jurubatiba*, 13/06/2012, p.09.

20 *Uma força para o verde*, 27/08/2012, p.9.

tenderiam a inspirar outros movimentos, bem como retroalimentá-los?

Como não há respostas precisas para essas e outras questões que emergem dessa leitura crítica, considera-se que o mais importante é seguir essa trilha interpretativa em busca de elementos que contribuam para identificar possíveis tendências e, ao mesmo tempo, lançar novas reflexões a esse debate complexo, à luz de eixos teóricos interdisciplinares que possam vir a apoiar essa missão desafiadora.

Ainda como questão central que merece destaque nesse contexto, cabe ressaltar que, dez anos após a publicação da pesquisa em foco, neste capítulo, outra produção bibliográfica com enfoque na cobertura jornalística sobre biodiversidade (OLIVEIRA, 2022), sinalizou com reflexões semelhantes, indicando, assim, o nível de atualidade dessa discussão. A partir de pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas com cientistas e jornalistas de referência nessa temática, muitas conclusões com amplas aproximações foram compartilhadas sobre a importância dos profissionais e meios de comunicação, assim como, sobre problemas recorrentes na disseminação de informações sobre essa agenda. As análises geraram importantes recomendações de aprimoramento para a mídia, a gestão pública, a academia e a sociedade em geral que, da mesma forma, expressaram grande convergência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se construiu com base, originalmente, em uma pesquisa que objetivou interpretar em que medida os meios de comunicação (representados neste caso pelo jornal *O Globo*) vinham decodificado e difundindo para a sociedade, as questões sobre a agenda da conservação da biodiversidade, na qual a implementação de áreas protegidas tem importância central. Nesse contexto, se buscou identificar, também, os principais interlocutores inseridos na cobertura jornalística analisada.

Para tal, se partiu das hipóteses de que a agenda em questão ainda não vinha sendo abordada de forma aprofundada e que a pluralidade de fontes de informação, um importante princípio jornalístico, não se configurava no noticiário pesquisado sobre essa temática. Esses direcionamentos foram confirmados, com base no mapeamento realizado, à luz do eixo teórico de *enquadramento midiático (media framing)*, que orientou esse recorte investigativo.

Com base na trajetória teórico-metodológica adotada, percebeu-se que a agenda da conservação da biodiversidade, àquela época, foi tratada como notícia, quase sempre, de forma superficial. E sua menção esteve fortemente associada ao viés do risco às espécies e aos seus ambientes naturais. Entretanto, os assuntos, em geral, tenderam a enfatizar mais os problemas em detrimento de potenciais soluções para as questões veiculadas. Com raras exceções, a cobertura jornalística contribuiu para gerar uma reflexão mais aprofundada e contextualizada dos fatos.

Também emerge dessa reflexão que, embora as “vozes” governamentais tenham sido preponderantes nesta análise, ainda que a abordagem sobre UCs tenha sido recorrente, não houve uma referência sequer ao SNUC, considerado um arcabouço legal central à consolidação da agenda da conservação da biodiversidade no Brasil.

Mas, que pistas surgem, a partir deste “vazio”, em um veículo de comunicação de amplo poder de influência na sensibilização da sociedade para o tema? Estaria este contexto associado à falta de interesse do próprio jornal ou à ausência de prioridade no âmbito das ações de divulgação de informação dos órgãos governamentais?

Nesse sentido, que lacunas poderiam estar motivando a falta de expressão dessa importante política pública, no meio de comunicação pesquisado? Essas também parecem ser questões capazes de inspirar novos estudos sobre a temática em análise, considerando que a CDB recomenda, fortemente, a disseminação de informações qualificadas sobre a agenda da conservação da biodiversidade para a sociedade.

Outros questionamentos poderiam também inspirar futuros recortes de pesquisa acadêmica: Permanecendo sem repercussão na cobertura jornalística, o SNUC tenderia também a perder o sentido de prioridade governamental, sem que a opinião pública, em geral, tenha tido sequer a oportunidade de “conhecê-lo” em toda a sua complexidade? Em que medida os meios de comunicação tendem a contribuir para fortalecer o monitoramento dos potenciais avanços, ou mesmo de perspectivas de retrocessos no decurso dos processos de implementação dessa política?

Vale enfatizar que, durante a realização da *Rio+20*, não se promoveu na cobertura jornalística analisada, nenhuma discussão importante com intuito de se “resgatar” o andamento de iniciativas governamentais relacionadas à agenda da conservação da biodiversidade. Tal resultado tende a sinalizar, ainda, que esse debate poderia, até então, não mais representar uma prioridade para o Poder Público, o que, por sua vez, já se refletia na mídia pesquisada.

Mas como transformar esse panorama identificado em um horizonte futuro? Que pistas os resultados desta pesquisa tendem a sinalizar para a gestão pública, para a academia e para os meios de comunicação? Como avançar nesse debate, considerando que, conforme mencionado anteriormente, dez anos após a realização desta pesquisa, uma nova publicação sinalizou que os desafios relacionados à cobertura jornalística permanecem mais ou menos os mesmos?

A necessidade de disseminação de informação qualificada, sobretudo em cenários de aumento acelerado da perda de biodiversidade, representa, assim, uma questão central na contemporaneidade e se traduz também como prioridade no caso brasileiro. Mas tal demanda vai exigir, por sua vez, que os jornalistas e os profissionais de comunicação, em geral, sejam capacitados para tratar com a profundidade necessária, a complexidade que envolve essa pauta.

Já os especialistas nessa temática, atuantes, sobretudo, nas instituições acadêmicas,

precisarão também estar mais preparados para traduzir as informações técnicas que embasarão as notícias sobre o tema em questão para os profissionais de comunicação.

Por outro lado, as fontes governamentais precisarão estar mais atentas e preparadas para ampliar a conexão com os veículos de comunicação. Deverão ser desafiadas, ainda, a apoiar a disseminação de informações qualificadas que contribuam para esclarecer os diversos grupos sociais sobre os processos que envolvem a implementação de políticas públicas, direcionadas à conservação da biodiversidade.

Como se percebe nesse panorama desafiador, tanto os meios de comunicação, como os órgãos da gestão pública e, também, a academia, entre outros grupos sociais, têm um papel central na ampliação do debate relacionado às lacunas percebidas na cobertura jornalística sobre a temática pesquisada e na superação dos dilemas identificados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília. Diário Oficial da União. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

ENTMAN, R. M. **Framing U.S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents**. *Journal of Communication*, v. 41, nº 4, p. 6-27, 1991.

ENTMAN, R. M. **Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm**. *Journal of Communication*, 43 (4), p. 51- 58, 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Brasília, 2000.

OLIVEIRA, E. **Esta pauta é verde? Uma análise da cobertura jornalística sobre as políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), 2016.

OLIVEIRA, E.; IRVING, M. A.; PUNZO, L.F. Comunicação e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): uma leitura sobre o Parque Estadual da Ilha Grande (Rio de Janeiro, Brasil) e o Parque Natural da Maremma (Toscana, Itália). **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.46, p.61-83, 2018.

OLIVEIRA, E. **Biodiversidade em pauta, um guia para comunicadores**. E-book. 1 edição. Rio de Janeiro. Associação O ECO. 2022. ISBN: 978-65-991626-3-3. 2022. 123 p.

PRATES, A.P.L.; IRVING, M.A. **Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil: desafios e tendências da origem da CDB às metas de Aichi**. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, V.5, nº 1, Jan-Jun, 2015, p.27-57.

SCBD. SECRETARIAT OF THE UN CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Strategic Plan for Biodiversity 2011–2020 and the Aichi Targets: Living in Harmony with Nature**. Montreal, 2010.

SCBD. SECRETARIAT OF THE UN CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Global Biodiversity Outlook 5**. Montreal, 2020.

SEIXAS, C. S. *et al.* Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.25, n.81, p.1-21, 2020.

VICTOR, C. **Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde?** IN: VICTOR, C; CALDAS, G; BORTOLIERO, S. (Orgs). *Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável*. ABJC/FAPEMIG. São Paulo: All Print Editora, 2009.

WWF-Brasil. **O Brasil caminha para um futuro em harmonia com a natureza?** A situação do país em relação às metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Brasília: WWF-Brasil, 2018.

A

Accountability 101, 200, 201, 202, 203, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Análise 25, 30, 31, 44, 54, 55, 56, 57, 58, 64, 68, 76, 78, 83, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 110, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 128, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 157, 160, 161, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 182, 183, 191, 195, 198, 219, 222, 224, 225, 228, 230, 231, 236, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 273, 277, 285, 288, 289, 291, 295, 298

Aprendizagem 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 57, 60, 69, 149

Áreas 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 44, 50, 51, 57, 61, 64, 73, 74, 75, 77, 80, 84, 85, 114, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 132, 134, 135, 136, 137, 143, 149, 154, 157, 176, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 194, 220, 271, 282, 283, 289

Autonomia 19, 22, 60, 238

B

Bibliométrica 268, 274

Biodiversidade 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128

C

Câmbio 160, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175

Capitalistas 2, 4, 7

Charities 200, 201, 202, 203, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216

Cidades 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 85, 86, 87, 91, 97, 98, 99, 132, 136, 138, 139, 140, 144, 147, 148, 149, 194, 197, 218, 228, 233, 287, 290, 292, 293, 295, 296, 297, 299, 300

Configuração regional 56, 67

Conservação 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Contabilidade 100, 101, 102, 148, 154, 186, 213, 244, 263, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 283, 284, 285

Covid-19 71, 72, 74, 75, 79, 80, 287, 288, 297

D

Desindustrialização 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

Desinformação 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113

Deslocamento 58, 64, 68, 145, 155, 180, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 276, 298

Direitos 13, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 223, 239, 293

Discriminante 245, 247, 248, 249, 250, 251, 261, 263

Doença 40, 71, 160, 163, 166, 174, 175, 297

E

Ecopontos 130, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Educação 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 28, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 62, 71, 80, 81, 84, 115, 117, 118, 136, 137, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 159, 164, 176, 219, 235, 299, 302

Empreendedorismo 150, 152, 154, 158, 159

Empresarial 57, 68, 147, 152, 213, 244, 245, 247, 248, 255, 257, 261, 263, 275, 284, 286

Ensino superior 62, 150, 156, 157, 158, 159, 241, 302

Envelhecimento 19, 20, 21, 22

Escolar 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 146, 198, 233

Espacial 23, 24, 25, 28, 35, 42, 44, 45, 63, 64, 65, 76, 79, 82, 218, 219, 221, 222, 232, 233, 234

F

Fake news 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113

Falência 45, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 255, 257, 258, 261, 263

Fundamentais 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 52, 53, 54, 55, 57, 111, 115, 141, 189, 219, 221, 236, 240, 290

G

Gerenciamento de projetos 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Gerontologia 19

Gestão pública 87, 88, 89, 90, 91, 95, 98, 100, 101, 114, 116, 118, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 296

Governance 101, 102, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 262

H

Habitação 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 49, 72, 75, 221

J

Jornalística 114, 116, 117, 120, 122, 125, 126, 127, 128, 129

L

Lojas 176, 177, 183, 184, 187, 196, 297

M

Mais-valia 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9

Marx 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9

Mobilidade 7, 38, 63, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 269, 270, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301

Mobilidade urbana 71, 76, 77, 78, 84, 85, 224, 287, 289, 290, 291, 297, 299, 300

Movimento 3, 5, 13, 14, 52, 64, 69, 70, 74, 89, 119, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 270

Multiculturalismo 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Multivariada 245, 247, 261

N

Neoconstitucionalismo 37, 41

P

Pendular 58, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 218, 219, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232

Políticas públicas 18, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 42, 43, 46, 48, 50, 56, 77, 115, 122, 128, 145, 288, 298, 302

R

Regimes de informação 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 113

Relações internacionais 54, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243

Requalificação urbana 23, 24, 25, 29, 30, 34, 35

Resíduos sólidos 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 196

Resíduos urbanos 130

Robôs 2, 5, 6, 9

Roupas 176, 177, 178, 183, 184, 187, 194

S

Sustentáveis 37, 38, 46, 47, 50, 51, 52, 55, 74, 136, 149, 216, 289, 299

T

Taxa 79, 93, 94, 124, 160, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 246, 256

Tempo 2, 3, 8, 12, 24, 29, 38, 43, 53, 62, 65, 79, 90, 124, 126, 141, 153, 155, 159, 166, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 261, 292, 295

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 19, 20, 21, 26, 34, 38, 40, 41, 49, 50, 53, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 75, 105, 110, 111, 116, 119, 125, 130, 133, 136, 141, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156, 159, 161, 166, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 189, 194, 195, 196, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 241, 244, 248, 249, 251, 269, 273, 274, 276, 283, 284, 285, 287, 288, 291, 292, 293, 295, 296, 302

Transparência 26, 87, 88, 89, 90, 99, 100, 101, 102, 108, 132, 138, 149





Transportes 61, 66, 77, 84, 146, 221, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 279, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 291, 299

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional 3